

RAFAEL VINHEIRO
MONTEIRO BARBOSA

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

SISTEMATIZAÇÃO E
RECORRIBILIDADE

Prefácio

GEORGES ABBOUD

Apresentação

NELSON NERY JUNIOR

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Gabrielly N. C. Saraiva, Maria Carolina Ferreira e Sofia Mattos

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

MONTEIRO BARBOSA, Raíael Vinheiro

Decisão interlocutória : sistematização e recorribilidade / Raíael Vinheiro Monteiro Barbosa. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5991-631-3

1. Direito comparado - Brasil 2. Juízes - Decisões - Brasil 3. Recursos (Direito) - Brasil I. Título.

21-84267

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Decisão interlocutória : Direito comparado 347.9(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	9
RESUMO	13
PREFÁCIO	15
APRESENTAÇÃO	17
NOTA DO AUTOR – COMO CONSULTAR A OBRA	19
I. INTRODUÇÃO	27
2. A DECISÃO INTERLOCUTÓRIA E A SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO: UMA PASSAGEM HISTÓRICA	31
Conteúdo Exclusivo Preview	ABORDAGEM HISTÓRICA
	1. Direito Romano
	2. Direito Canônico
	3. Direito Lusitano
	4. Direito Brasileiro Anterior
	5. Análise Parcial
Conteúdo Exclusivo Preview	AS INTERLOCUTÓRIAS NO DIREITO ESTRANGEIRO
	1. Direito Francês
	2. Direito Alemão
	3. Direito Português
	4. Direito Italiano
	5. Direito Espanhol
	6. Análise Parcial

3. CONCEITO, NATUREZA JURÍDICA E CLASSIFICAÇÃO DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	43
1. A evolução do conceito	43
2. Natureza jurídica	61
3. Classificação das decisões interlocutórias	65
3.1. Decisões sobre a constituição e desenvolvimento regular do processo/ procedimento	66
3.2. Decisões sobre o ônus do processo e sua gratuidade	72
3.3. Decisões sobre a figura do juízo (competência), do juiz (imparcialidade) e demais auxiliares da justiça	76
3.4. Decisões sobre o comportamento das partes, dos patronos e de terceiros	79
3.5. Decisões relacionadas à atividade e ao material probatório	80
3.6. Decisões sobre a formação do litisconsórcio	82
3.7. Decisões sobre o ingresso e participação de terceiros em processo alheio	85
3.8. Decisões sobre tutela provisória	90
3.9. Decisões sobre as pretensões das partes (mérito)	93
3.10. Decisões posteriores à sentença não enquadráveis nas demais hipóteses	97
3.11. Decisões sobre pretensão executiva	99
3.12. Decisão sobre os atos processuais, negócios jurídicos processuais e materiais	101
3.13. A omissão judicial e o dever de decidir	103
3.14. Decisão que determina a citação	106
4. À guisa de conclusão parcial	108
4. AS DIVERSAS TÉCNICAS EMPREGADAS PARA ATACAR DECISÃO INTERLOCUTÓRIA	115
1. Técnica da irrecorribilidade pura e simples	115
2. Técnica da recorribilidade ampla, imediata e julgamento diferido	119
3. Técnica da recorribilidade ampla e imediata para o próprio órgão decisório e julgamento imediato	124
4. Técnica da recorribilidade ampla, imediata e julgamento imediato pelo órgão hierarquicamente superior	128
5. Técnica da recorribilidade casuística, imediata e julgamento imediato pelo órgão hierarquicamente superior	132

6. Técnica da recorribilidade imediata, por cláusula geral e julgamento imediato pelo órgão hierarquicamente superior	135
7. Técnica da recorribilidade casuística, imediata e julgamento imediato pelo próprio órgão decisório	138
8. Técnica da recorribilidade ampla e futura	139
9. A técnica da recorribilidade casuística e futura	141
5. A RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NO CPC	143
1. O agravo de instrumento e as hipóteses do art. 1.015 do CPC	149
1.1. A taxatividade do rol e sua ampliação mediante interpretação	150
1.2. Análises das hipóteses do art. 1.015 do CPC/15 e os limites da aplicação da interpretação extensiva	169
1.2.1. Tutelas provisórias	169
1.2.2. Mérito do processo	174
1.2.2.1. A impossibilidade de ampliação do conceito de mérito para abarcar decisão interlocutória sobre o valor da causa	178
1.2.2.2. A ampliação do conceito de mérito para abarcar decisões interlocutórias que versem sobre multas processuais	181
1.2.3. Rejeição da alegação de convenção de arbitragem	194
1.2.3.1. A impossibilidade de aplicação da interpretação extensiva para abarcar as decisões sobre competência	198
1.2.3.2. A impossibilidade de aplicação da interpretação extensiva para abarcar as decisões sobre negativa de eficácia a negócio jurídico processual	206
1.2.4. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	211
1.2.5. Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação	214
1.2.6. Exibição ou posse de documento ou coisa	218
1.2.6.1. Admissão do agravo de instrumento para impugnar decisão interlocutória que verse sobre prova	223
1.2.7. Exclusão de litisconsorte	223
1.2.8. Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio	226
1.2.9. Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros	229
1.2.10. Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução	232

1.2.11. Redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º	233
1.2.12. Outros casos expressamente referidos em lei	235
1.3. A incerteza quanto à adoção da interpretação extensiva e o risco à segurança jurídica	240
1.4. A incerteza quanto à adoção da teoria da taxatividade mitigada	241
2. A apelação contra decisão interlocutória não agravável	246
2.1. Impugnação contra decisão interlocutória não agravável por meio de preliminar de apelação (apelação do vencido/apelação do interessado na reforma ou na invalidação da sentença)	256
2.1.1. A subordinação da pretensão recursal para atacar a decisão interlocutória à pretensão recursal para impugnar a sentença ...	259
2.2. Recurso contra decisão interlocutória não agravável por meio das contrarrazões da apelação (apelação do vencedor/apelação do interessado na manutenção da sentença)	273
2.2.1. Contrarrazões de apelação como recurso autônomo	276
2.2.2. Contrarrazões da apelação como recurso subordinado e condicionado	283
2.2.3. Contrarrazões da apelação e a ampliação do seu objeto: a dinâmica do pedido subsidiário	288
2.3. Agravo de instrumento para impugnar decisões interlocutórias “não agraváveis de instrumento”	297
2.4. Apelação ou contrarrazões impugnando decisão interlocutória: o terceiro interessado, o Ministério Público e a Defensoria Pública	303
6. CONCLUSÃO	309
REFERÊNCIAS	313